

Peculiaridades do Português Brasileiro em Registros de Gramáticas Oitocentistas

Peculiarities of Brazilian Portuguese in registers of 19th Century Grammars

Peculiaridades del Portugués Brasileño en Registros de Gramáticas del Siglo

José Carlos de Azeredo 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras. Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: jc.azeredo@terra.com.br

Editor-chefe

Marcia dos Santos
Machado Vieira

Autor correspondente

José Carlos de Azeredo
jc.azeredo@terra.com.br

Recebido em: 28/04/2023

Aceito em: 09/04/2024

Como citar:

AZEREDO, José Carlos de. Peculiaridades do Português Brasileiro em Registros de Gramáticas Oitocentistas. *Revista Diadorim*, v.25, n.1, e58370, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2023.v25n1a58370>

Resumo

Segundo Alfredo Bosi, “O Brasil, como todos os países egressos do sistema colonial, era uma nação à procura de identidade.”. Os poetas e ficcionistas enquadraram no ideário romântico temas extraídos da natureza, do ambiente social e do contexto histórico brasileiro. Restava o desafio da língua, traço fundamental da nacionalidade. Criticado, mas persistente, José de Alencar buscou na fonte nativa meios de renovação da expressão literária. Dicionaristas registraram a ampla contribuição das línguas indígenas e africanas. Já os gramáticos praticamente não ousaram, e em geral só indiretamente forneceram informação sobre o uso brasileiro. Este é o assunto do presente artigo, ilustrado com exemplos de três gramáticas do período.

Palavras-chave

Gramática no Brasil; Língua brasileira; Política linguística.

Abstract

According to Alfredo Bosi, “Brazil, like all countries egressing from the colonial system, was a nation in search of identity.”. Poets and fictionists framed in the Romantic ideology themes drawn from nature, the social environment, and the Brazilian historical context. There remained the challenge of language, a fundamental feature of nationality. Criticized, but persistent, José de Alencar sought in the native source the means of renovation of literary expression. Dictionaries recorded the ample contribution of indigenous and African languages. Grammarians, on the other hand, hardly dared, and in general only indirectly provided information about Brazilian usage. This is the subject of the present article, illustrated with examples from three grammars of the period.

Keywords

Grammar in Brazil; Brazilian language; Language policy.

Resumén

Según Alfredo Bosi, “Brasil, como todos los países surgidos del sistema colonial, era una nación en busca de identidad.”. Poetas y ficcionistas enmarcaron en la ideología romántica temas extraídos de la naturaleza, el entorno social y el contexto histórico brasileño. Quedaba el reto de la lengua, característica fundamental de la nacionalidad. Criticado, pero persistente, José de Alencar buscó en la fuente autóctona medios para renovar la expresión literaria. Los diccionarios registran la amplia contribución de las lenguas indígenas y africanas. Los gramáticos, en cambio, apenas se atrevieron y, en general, sólo aportaron información indirecta sobre el uso brasileño. Este es el tema del presente artículo, ilustrado con ejemplos de tres gramáticas de la época.

Palabras clave

Gramática en Brasil; Idioma brasileño; Política lingüística.

Introdução

A poesia barroca dos baianos Gregório de Matos Guerra (1636–1696) e Manoel Botelho de Oliveira (1636–1711), e a epopeia *O Uruguai*, do árcade mineiro José Basílio da Gama (1740–1795) – exemplares de nossas primeiras produções escritas – ganharam forma na mesma língua portuguesa em que se expressaram os quinhentistas João de Barros (1496–1570) – humanista, historiador e gramático – e Luís de Camões (15[24](?) –1580), nome maior da literatura portuguesa do século XVI.

Essa “marca de nascença” da literatura brasileira daria ensejo a questões e polêmicas ao longo do século XIX, quando o Brasil se tornaria um estado soberano em busca de sua identidade nacional. Esse processo se traduziu no debate do texto constitucional, na criação de veículos de imprensa, nas artes plásticas e na música, na produção das obras literárias e dramáticas, no debate sobre a língua em que elas deveriam ser escritas. O presente artigo aborda aspectos de um capítulo desse percurso: as peculiaridades do português brasileiro em registros de gramáticas oitocentistas. Antes, porém, traçaremos algumas linhas da história que precede a fundação do estado soberano brasileiro.

Antecedentes históricos: o contexto colonial

O que de início moveu o colonizador a serviço da Coroa portuguesa foi a perspectiva de fazer do território ocupado uma fonte de produção de alimentos e de obtenção de recursos naturais e minerais destinados ao mercado europeu. Esse tipo de empreendimento invasivo e colonizador, que mobilizou várias nações europeias do século XV ao XVIII, contou ainda com a participação de outros atores, como os missionários jesuítas da Companhia de Jesus, que tinham como propósito declarado a conversão dos nativos à fé cristã. Por mais diversa que fosse a natureza do bem que uns e outros almejavam alcançar – quer no campo material, quer na esfera espiritual – os projetos das duas instituições não se viabilizariam sem o aporte de um recurso fundamental: a comunicação verbal com a população nativa. A interação de seus agentes com as comunidades diversas de nativos dependeu, inicialmente, da atuação dos *línguas*, geralmente indivíduos que já tinham sido trazidos à colônia como condenados e que, tendo aprendido as línguas dos povos que aqui já se encontravam, funcionavam como intérpretes. Posteriormente, essa comunicação se deu principalmente por meio da *língua geral* ou de *línguas gerais*, designação com que tradicionalmente se identifica, no território que viria a se chamar Brasil, uma língua franca de base tupi ou guarani, utilizada tanto nas transações comerciais quanto na catequese. A esse respeito, é notável o empreendimento da ordem dos jesuítas – a Companhia de Jesus –, à qual se deve a implantação da primeira rede de colégios, base de toda a cultura colonial. “Um humilde filho de lavradores, Basílio da Gama, [já aqui citado,] pôde atingir as mais altas camadas sociais por meio da cultura adquirida no sistema jesuítico.” (Holanda, 1960, p. 71).

Outro personagem de destaque nesse cenário colonial foi o negro africano. São distintos, porém, os papéis desempenhados pelas línguas indígenas e pelas línguas de origem africana na história da formação social brasileira ao longo do período colonial. A gênese de uma língua franca – ou língua geral – foi favorecida pelas afinidades já existentes entre as línguas faladas pelos povos nativos habitantes

de boa porção do litoral; já as línguas africanas trazidas para o Brasil padeceram do mesmo processo de desenraizamento que vitimou seus falantes: “para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a “girar em falso”, porque elas não refletiam mais a realidade africana, mas ao mesmo tempo ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas (plantas, farmacopeia, caça, animais, novas técnicas e novos produtos de consumo).” (Bonvini, 2008, p. 33). Por outro lado, “o fato é que, aqui chegados, [os negros] eram separados, de modo que não ficassem juntos nem por línguas, nem por etnias, nem mesmo por famílias, a fim de serem quebrados nos seus eventuais ímpetos de rebeldia.” (Houaiss, 1985, p. 71-72).

Praticamente restrita à intercomunicação dos usuários que a tinham como língua materna, componentes de um contingente numericamente insignificante, a língua portuguesa foi minoritária no primeiro século da colônia. Por sua serventia na catequese e no desbravamento bandeirante da terra e nas trocas comerciais, as línguas gerais foram dominantes, e as línguas africanas, pelas razões já aduzidas, tinham pouca chance de sobrevivência e viabilidade como instrumento de amplo intercuro. A disseminação da língua portuguesa pelo território brasileiro cresce, todavia, a partir da segunda metade do século XVII. Segundo Caio Prado Jr., “o empobrecimento de Portugal, privado do comércio asiático que durante mais de um século lhe fornecera o melhor de seus recursos, força o êxodo em larga escala de sua população que procurará na colônia americana os meios de subsistência que já não encontrava na mãe pátria.” (Prado Jr., 2004, p. 50). E conclui: “Em um século a contar de 1650, os portugueses terão ocupado efetivamente, embora de forma dispersa, todo o território que ainda hoje constitui o Brasil.” (Prado Jr., 2004, p. 50). Nessa época, as poucas escolas que havia eram administradas pelos Jesuítas, geralmente empenhados em aprender as línguas nativas em prol da catequese. Na segunda metade do século XVIII, já falada por um contingente maior de indivíduos provenientes da metrópole e de outras colônias, a língua portuguesa entra em outra fase, como consequência, também, das medidas administrativas do marquês de Pombal, ministro de D. José I (1750–1777). Ele expulsou os Jesuítas (1759), consolidou a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos espaços e documentos públicos e criou uma primeira rede leiga de ensino. “No Grão-Pará e Maranhão, área em que esta política foi mais incisiva, procurou-se difundir o português para legitimar a posse da terra e, inversamente, coibir o uso do nheengatu, visto como um obstáculo e, principalmente, temido como meio de controle dos índios pelos missionários.” (Villalta, 1997, p. 340-341).

Era inevitável que, devido à expulsão, o funcionamento do sistema de instrução pública implantado e administrado pelos jesuítas entrasse em colapso, o que, entretanto, não causava maior preocupação ao marquês de Pombal, que estava convencido

de que a continuidade do poder e da influência da Companhia de Jesus representava um risco para os interesses mercantis da Coroa. O marquês era um administrador empreendedor e progressista, mas não tinha, pelo menos para a colônia, nenhum projeto à altura dessas virtudes. O estado português assumiu um controle mais direto dos rumos do processo educacional; a fim de aliviar o impacto dessa mudança nas finanças da Coroa, estimulou iniciativas privadas na oferta do ensino. Ao marquês interessavam, antes de tudo, os benefícios práticos – entenda-se, materiais e econômicos – que a formação escolar pudesse trazer. Foram baixadas normas para as atividades de ensino, como a já referida, que tornava obrigatório o emprego da língua portuguesa para os variados fins das situações públicas. Ler e escrever em português passou a ser um requisito básico da condição cidadã, exigência que fez do livro de gramática uma peça fundamental do processo pedagógico.

Na metrópole, o projeto pombalino de secularização da escola poria em cena as ideias de Luís António Verney (1713–1792), filósofo engajado na corrente iluminista e autor do *Verdadeiro Método de Estudar*, que preconizava o cultivo do raciocínio lógico como fundamento da construção de todo o conhecimento, inclusive o da gramática das línguas. Para Verney, o estudo/ensino do latim ministrado pelos jesuítas, além de ter foco central na evangelização, era visto como antiquado por obrigar o estudante a memorizar um conjunto excessivo de regras; a adoção de um enfoque racional simplificava esse conjunto e, conseqüentemente, o estudo do latim. Esse dado histórico permite fazer alguma ligação entre a era pombalina, a expulsão dos jesuítas em 1759 e o perfil racionalista de várias gramáticas do português publicadas em Portugal nos séculos XVIII e XIX. Esse modelo seria seguido por um brasileiro, Antônio de Morais Silva, no *Epítome da gramática da língua portuguesa*, concluído em 1802. Nascido no Rio de Janeiro em 1755, Morais Silva é mais conhecido, entretanto, pela autoria do *Dicionário da Língua Portuguesa*, considerado o marco inicial da dicionarística em língua portuguesa. A concepção racionalista de gramática ainda daria vários frutos no Brasil oitocentista. No entanto, apenas uma delas, como se verá na seção seguinte, oferece dados relevantes para o tópico focalizado no presente artigo: o registro, direto ou indireto, de peculiaridades do português do Brasil.

O século XIX e a questão do português no/do Brasil

A vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em março de 1808 teria impacto no perfil demográfico e linguístico da cidade, uma vez que sua população, então calculada em pouco mais de 50 mil habitantes, seria repentinamente ampliada em quase um quinto por portugueses nativos. Esse contingente já seria formado por cerca de 80 mil indivíduos treze anos depois (Silva, 2011, p. 37-38). Um gramático

da segunda metade do século comentaria, seis décadas mais tarde, os efeitos desse contato, ao observar que “é seu tanto aportuguesada a pronúncia dos fluminenses, por estarem em contato imediato com os portugueses que em número considerável habitam a cidade do Rio de Janeiro” (Silva, 1906[1875], p. 60). Providências diversas foram tomadas para difundir e acelerar o processo de ensino da língua portuguesa nos centros urbanos. No que, entretanto, diz respeito ao assunto desta exposição, tem destaque, na política educacional da primeira fase do Império, a fundação do Colégio Pedro II, em 1837. Tratava-se de um empreendimento destinado a formar uma elite intelectual para as funções político-administrativas requeridas pelo projeto do jovem Estado-nação brasileiro. O currículo destinado a formar bacharéis em letras compunha-se de línguas clássicas, línguas estrangeiras modernas e gramática da língua nacional, tratada como um instrumento de aperfeiçoamento da expressão falada e escrita segundo as normas deduzidas das obras dos escritores considerados modelos de linguagem correta e elegante. Várias gramáticas publicadas na segunda metade do século XIX traziam na folha de rosto informações sobre sua receptividade no meio escolar, aí geralmente incluída uma referência ao Colégio Pedro II.

A língua materna é um sinal de pertencimento, uma marca intuitiva de identidade. Ouvir nossa língua em um ambiente estrangeiro pode trazer a sensação de confortante solidariedade e inesperada comunhão de propósitos. A tal ponto é isso verdade que a expressão “falar a mesma língua” se tornou, para todas as situações interativas, um modo simbólico de revelar que o entendimento, a harmonia de sentimentos e de intenções entre os interlocutores se estabeleceu. O tema da identidade da língua atravessa o século XIX brasileiro, um tempo de definição de perfis, de metas e de roteiros. O segundo volume da coleção História do Brasil Nação (Carvalho, 2012), uma publicação da editora Objetiva iniciada em 2011, ostenta o título *A construção nacional: 1830–1889*. A ideia de nacionalidade brasileira em construção é consensualmente balizada, no século XIX, por duas datas: 1822 (Independência política) e 1889 (Proclamação da República). A questão foi sinteticamente formulada em sua relevância e abrangência nas seguintes palavras da linguista Bethania Mariani: “Ao longo do século XIX organizam-se e concretizam-se as políticas de descolonização, e suas práticas descolonizadoras incluem a discussão sobre a linguagem já nos momentos iniciais da Independência, quando dos debates em torno de três formações discursivas, a dos políticos, a dos gramáticos e a dos literatos” (Mariani, 2011, p. 247).

Tratada como assunto que mobilizava deputados e ministros, entre outros atores da cena política, a questão da língua se projetou, singularmente, como um debate sobre o respectivo batismo: dialeto brasileiro, língua brasileira, língua nacional, português do Brasil. O principal argumento se ancorava no léxico corrente já recheado de vocábulos oriundos das matrizes indígena e africana. Entre os literatos, por sua vez, a urgência do abraqueamento da expressão se impunha pela oportuna

contemporaneidade de dois fatores: a conjuntura política da Independência e o ideário estético do Romantismo. Por último, no que se refere à atuação daqueles que se incumbiam da análise e ensino da língua – especialmente os autores de gramáticas – a questão se revelou bem mais específica e complexa, uma vez que estava diretamente relacionada com o desenvolvimento das habilidades de expressão e de leitura da juventude. A produção brasileira inicial, situada propriamente na fase imperial, é herdeira direta, conforme já aqui referido, do modelo racionalista adotado em Portugal no século XVIII por influência da *Grammaire Raisonnée* (Port-Royal, 1660). Foi a partir dos anos 1880, rumo ao início da fase republicana, que a produção gramatical no Brasil se desvencilhou da ex-metrópole e se renovou sob a inspiração de outros modelos teóricos, com destaque para a Gramática Histórico-Comparativa. Ainda de acordo com Mariani, “no final do século XIX, percebe-se que já há um deslocamento produzido na história: já há uma gramática brasileira sendo afirmada e legitimada. Contraditoriamente, porém, para muitos, continua-se afirmando que o brasileiro não usa bem (sua língua), não fala corretamente (sua língua)” (Mariani, 2011, p. 247). Peculiaridades do uso brasileiro já tinham sido registradas, por exemplo, na *Grammatica Portugueza* (1875) de Augusto Freire da Silva. Em Júlio Ribeiro (1881) e em Maximino Maciel (1887), esses registros se ampliam. Convém destacar que essas anotações não revelavam, porém, qualquer compromisso científico com o conhecimento da realidade oral do português brasileiro. “O bom e modelar português, o português padrão (escrito) será aquele que não inclui marcas de oralidade.” (Mariani, 2011, p. 249). Na sequência, transcreveremos passagens dessas três obras em que se exemplificam as referidas peculiaridades e aporemos algumas considerações sobre o significado desses fatos no contexto das respectivas gramáticas e no processo formador do pensamento gramatical brasileiro ao longo do século XIX.

Peculiaridades do português brasileiro em três gramáticas

O assunto da presente exposição já foi objeto de trabalhos minuciosos da autoria de renomados pesquisadores que vêm se dedicando à historiografia gramatical. Um texto emblemático dessa linha de investigação – “O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX” (Coelho; Danna; Polachini, 2014, p. 115-141) – traz informações sobre dez obras gramaticais de autores brasileiros produzidas no século XIX. Desse corpus são recolhidos registros de fatos fonéticos, lexicais, morfológicos, sintáticos e gerais peculiares ao uso brasileiro. A despeito da escassa representatividade dos fatos arrolados (78 ao todo), a inclusão deles no corpo dessas obras dá sinais da formação de um pensamento nacional sobre a gramática da língua falada/escrita no Brasil. Dando essa informação, deixo claro que meu propósito é, antes de tudo, o de

prover uma notícia sobre o tema e encarecer sua importância para o conhecimento da história do pensamento gramatical brasileiro.

É relevante frisar que existe uma enorme diferença entre o que pensavam os autores dessas gramáticas sobre as novidades lexicais – substantivos, verbos e adjetivos – e o juízo que faziam das alterações morfológicas, fonéticas e sintáticas. Palavras e expressões que designavam singularidades da cultura brasileira ou retratavam o modo de ser brasileiro eram até exaltadas como marcas de identidade e incorporações que enriquecem o léxico da língua. Por outro lado, fatos relacionados com o sistema de regras da língua, como o apagamento sistemático do ‘r’ final dos infinitivos (*fazê, olhá, perdê*), o uso de TER para significar ocorrência/existência (*Hoje tem missa*), o emprego de ‘ele’ como complemento direto (*Não vi ele*), o início de frase com pronome átono (*Me espere*) são tratados como traços de “linguagem imprópria de gente educada”. De um modo geral, a menção desses fatos não decorre de uma atitude científica do especialista empenhado em documentar e descrever o uso da língua, diferentemente do que vários autores anunciavam em texto introdutório; o modo de apresentar os fatos quase sempre trai o viés normativista da obra. Era comum que a gramática abrigasse uma seção em que essas novidades gramaticais do uso brasileiro eram catalogadas como “erros”, “vícios”, “irregularidades” a serem evitadas. Não repetirei aqui os fatos pertinentemente comentados no artigo já aqui referido e em outros trabalhos que se ocuparam do assunto (vide Referências). Na seção seguinte, faço um recorte focado na colocação dos pronomes oblíquos átonos (me, te, se, o, a, os, as, lhe, nos, vos), tema que mereceu centenas de páginas de polêmica entre escritores, gramáticos e filólogos.

A colocação pronominal nas locuções verbais

A colocação dos pronomes átonos ocupou por muito tempo um lugar proeminente nos debates em torno da legitimidade do que fazia do uso brasileiro uma língua diferente do português europeu padrão. Uma regra que acabou transformada em um bordão – até porque, em muitos livros didáticos, o ponto relativo ao assunto começava com ela – enunciava taxativamente: “Não se começa frase por pronome átono” (Gomes, 1918, p. 301; Ribeiro, 1909, p. 231).¹ Como nenhuma gramática escrita para os estudantes portugueses se dava ao trabalho de explicitar essa regra, está claro que não se tratava de uma simples regra, mas de uma proibição, ou, mais precisamente, da interdição de um uso, no caso, o brasileiro. O título desta seção

¹ “Nunca se deve começar a oração pelas flexões pronominais conjuntas ao verbo [...]: *Me deixe sossegado...*” (GOMES, Alfredo. *Grammatica Portuguesa*. 17. edição correcta e augmentada. Livraria Francisco Alves, 1918, p. 301). “Nunca se começa frase ou período com o pronome oblíquo. “*Me dê*”, “*me faça*”, etc., são brasileirismos que devem ser evitados.” (RIBEIRO, João. *Grammatica Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909, p. 231).

menciona o ponto que a meu juízo não chegou a receber o devido detalhamento nos trabalhos historiográficos de que me vali na presente exposição. Para deixar bem claro esse ponto, transcrevo de uma gramática bem conhecida a lição que ainda vigora na abordagem normativa do assunto.

“3. Com as locuções verbais

Auxiliar + infinitivo:

Há quatro possibilidades:

a) ênclise ao infinitivo:

O Presidente *quer falar-lhe ainda hoje*.

b) ênclise ao auxiliar:

O Presidente *quer-lhe falar ainda hoje*.

c) próclise ao auxiliar:

O Presidente *lhe quer falar ainda hoje*.

d) próclise ou ênclise ao infinitivo precedido de preposição:

Jamais *deixei de ajudar-te*.

ou

Jamais *deixei de te ajudar*.

Começou a ensinar-lhe Português.

Começou a lhe ensinar Português.

Auxiliar + gerúndio

São três as posições:

a) Ênclise ao gerúndio:

As visitas *foram retirando-se*.

b) ênclise ao auxiliar

As visitas *foram-se retirando*.

c) próclise ao auxiliar

As visitas *se foram retirando*.

Auxiliar + particípio

d) ênclise ao auxiliar:

Os alunos *tinham-se levantado*.

e) Próclise ao auxiliar:

f) Os alunos *se tinham levantado*

(Lima, 1962, p. 480-481).

Os exemplos desse conjunto não foram colhidos em um *corpus*, mas inventados pelo autor. Ainda assim, podemos dizer que a situação aí retratada é fiel ao pensamento mais conservador, que é o que atravessa, por exemplo, as questões de concurso público. O que se deduz desse quadro? É simples: não há lugar para a colocação mais comum no uso brasileiro, que é a próclise do pronome ao verbo principal (As visitas foram *se retirando* / Os alunos tinham *se levantado*). Nesse quadro, isso só é possível quando há uma preposição, quase sempre 'à', entre o verbo auxiliar e o verbo principal (Começou a *lhe ensinar* Português). É verdade que o próprio gramático acima citado, Rocha Lima, amenizou a rigidez dessa lição em edição posterior de sua Gramática, na qual reproduz *ipsis litteris* o quadro anterior, mas apõe uma observação em que dá conta do uso brasileiro em autores literários posteriores ao Romantismo (Lima, 1976, p. 421).

O que mostramos em seguida é a posição assumida por três gramáticos da segunda metade do século XIX: Augusto Freire da Silva, Júlio Ribeiro, Maximino Maciel. Obs.: o texto foi adaptado à ortografia atual.

Grammatica Portugueza (Augusto Freire da Silva)

[TEMPOS COMPOSTOS]

6.^a Quando o verbo é uma forma verbal composta dos auxiliares *haver e ter e* do supino, o pronome *se* lhe antepõe, ou *se* lhe mete de permeio, *se* pelo verbo não tem começo a frase. Exemplos: «Esta minha pretensão *me* tem custado, ou *tem-me* custado muitos dissabores.» Excetuam-se as formas do futuro perfeito composto do indicativo e do condicional, que levam o pronome antes de si. Exemplos: «Ele me terá apreciado?» «Ele nos teria acompanhado?»

7.^a Iniciando-se a frase por estas mesmas formas verbais, o pronome é colocado depois do auxiliar. Exemplo: «*Tem-me* custado muitos dissabores esta minha pretensão.»

Em respeito à regra primeira, sendo o verbo alguma forma dos futuros indicados, por tmesse intercala-se o pronome no auxiliar. Exemplos: «*Ter-me-á* ele apreciado?» «*Ter-nos-ia* acompanhado?»

[HAVER + DE + INFINITIVO]

8.^a Nas formas dos tempos do futuro, chamados de significação começada na tenção e por fazer na execução, que se compõem dos auxiliares *haver e ter*, e do presente do infinito impessoal a eles ligado pela preposição *de*, pode o pronome ser-lhes anteposto, intercalado ou posposto, si a frase não é iniciada pelo verbo. Exemplos-. «Eu te hei de amar, eu hei de te amar, ou eu hei de amar-te.»

Dá-se o mesmo, quando o verbo está no futuro anterior perfeito composto ou no futuro anterior mais que perfeito composto. Exemplos : «Ele me ha de ter escrito,

ele ha de me ter escrito, ele ha de ter-me escrito.» «Eu te havia de ter amado, eu havia de te ter amado, ou eu havia de ter-te amado.»

Sendo o verbo a primeira palavra da frase, o pronome, ou se intercala, ou se pospõe. Exemplos: «Ha de te amar, ou amar-te. » «Ha de me ter escrito, ou ter-me escrito.» «Havia de te ter amado, ou ter-te amado.»

[VERBO + INFINITIVO COMO COMPLEMENTO]

9.^a a Quando a um verbo se segue uma proposição integrante infinitiva pura, observa-se a mesma colocação. Exemplos: «Eu te quero dar, te dar, ou dar-te uma boa noticia.» «Quero te dar, ou dar-te uma boa noticia.»

[ESTAR E ANÁLOGOS + GERÚNDIO]

10.^a Nos verbos frequentativos compostos de estar ; ficar ; andar, ir, vir, etc., e do gerúndio, se não se dá começo à frase pelo verbo, ou se lhes antepõe o pronome, ou se lhes intercala. Exemplos: «Eu me estou apoquentando, ou eu estou me apoquentando muito contigo.» «Ele se ficou exercitando, ou ele ficou se exercitando.»

Sendo iniciais da frase estas mesmas formas verbais compostas, antepõe-se o pronome ao gerúndio. Exemplos: «Estou me queixando.» «Ando me divertindo.» (p. 314-315)

Grammatica Descriptiva (Maximino Maciel)

D) Nas expressões constituídas por infinitivo e um auxiliar modificativo, ex.: “Isto se pode ver mui claramente” F. de Andrade. A. Clássicos.

Esse fenômeno constantemente ocorre nas expressões cujo auxiliar é um dos verbos – querer, dever, poder e às vezes deixar, ir, vir, em que a variação pronominal se antepõe ao auxiliar ou se pospõe ao infinitivo, ex.: Se as efígies e os vultos dos grandes homens se devem perpetuar...” (Latino Coelho. República e Monarquia). “O mesmo filósofo me foi buscar com a lanterna” (C. de Oliveira. Cartas). “O príncipe, vendo el-rei, o viera ver à porta”. (G de Resende. Liv. Clássica). “É um absurdo pretender que as nações se deixem arrastar por uma cega fatalidade” (Mont’Alverne. Sel. Literária).

Este deslocamento se pode dar até na proposição negativa, ex.: “Ele não podia desprega-los desses caos infernais das águas” (A. Herculano. Eurico). “O mal não pode enojar-me” (Camões. Obras completas).

O que é raro é encontrar-se a forma pronominal entre os dois verbos, e assim não se deve dizer: “Ele vem me visitar, ele quer se instruir, eu posso te ensinar” porquanto a variação pronominal deve ser proclítica ao auxiliar ou enclítica ao infinitivo, como: “Ele se quer instruir ou quer instruir-se; ele me vem visitar ou visitar-me. “Tão grande era de membros que bem posso certificar-te que este era o segundo” (Camões. Lusíadas) (p. 378-379)

Grammatica Portuguesa (Julio Ribeiro)

3) Com verbos no subjuntivo o pronome objeto antepõe-se sempre, seja a sentença afirmativa ou negativa, ex.: (...), Se eles não nos tivessem avisado [...]” (p. 247).

9) Com dois verbos no infinito coloca-se o pronome objeto ou antes do primeiro, ou depois do segundo, ou entre ambos, ex.: “Sem nos poder ver, ou Sem poder ver-nos, ou Sem poder nos ver” (p. 248).

Comentários

É importante ter presente a colocação do pronome oblíquo átono tal como foi descrita no quadro da edição mais antiga da Gramática Normativa, de Rocha Lima. Observamos que esse quadro ignora – ou mesmo exclui – a variante em que o pronome átono ocorre proclítico ao verbo principal, precedido ou não de preposição. Essa é a posição típica do pronome átono em locuções verbais no português brasileiro, porém nunca ocorre no português europeu. O fato de Rocha Lima rejeitá-la deixa claro que seu modelo de uso é o do português europeu. Julio Ribeiro, por sua vez, apresenta duas situações: na primeira delas – cf. 3) acima – o gramático indica a obrigatoriedade da próclise quando o verbo a que o pronome se une estiver no modo subjuntivo, precedido ou não de palavra negativa. Desse modo, ele diria que há erro em dizer ou escrever “Se eles não tivessem *nos avisado* / Se eles tivessem *nos avisado*”, colocação mais comum no uso espontâneo brasileiro. Na segunda situação, a sequência de dois infinitivos é compatível com três posicionamentos do pronome. O terceiro deles – ‘Sem poder *nos ver*’ – apresenta o pronome proclítico ao verbo principal, posição rejeitada pela tradição normativa, que tem o uso europeu como modelo.

Vejamos agora o que diz Maximino Maciel. Ao indicar que “a variação pronominal se antepõe ao auxiliar ou se pospõe ao infinitivo”, Maciel adere à lição mais tradicional sem nenhuma abertura para uma situação específica, como vimos em J. Ribeiro. No final do trecho citado, Maciel diz que “é raro encontrar-se a forma pronominal entre os dois verbos”. Ou seja, é raro, mas pode ocorrer. Sua conclusão é que a raridade do uso é suficiente para que ela seja evitada, e acrescenta: “e assim não se deve dizer: “Ele vem *me visitar*, ele quer *se instruir*, eu posso *te ensinar*”.

Por fim, consideremos a posição de Augusto F. da Silva. O encaminhamento dado ao tema por esse gramático me parece surpreendente por dois motivos: trata-se de um autor que, sendo maranhense, produziu uma obra não só conterrânea, mas contemporânea, de um grupo de autores adeptos do conceito racionalista de gramática, entre os quais se destaca a figura de Francisco Sotero dos Reis. É sabido que, para esses gramáticos, o uso da língua está sujeito a imperfeições que falseiam a estruturação do raciocínio lógico, e compete à análise dos enunciados buscar a

reconstituição do raciocínio verdadeiro frequentemente “deformado” pelas elipses. Augusto F. da Silva não rompeu com o racionalismo – seu conceito de verbo ainda é tributário dessa corrente – mas conheceu a teoria histórico-comparativa que prevaleceu no final do século e renovou a análise dos fatos linguísticos à luz desse novo modelo. Como se verá mais à frente, não apenas forneceu informações sobre o uso da língua em seu tempo, mas se comportou como um observador imparcial de usos que a tradição conservadora repudiava como irregularidades ou erros. Os itens 6, 7 e 8 do trecho transcrito trazem construções em que o pronome átono se posiciona conforme o cânone europeu. Já nos itens 9 e 10 se encontram construções formadas por verbo auxiliar + infinitivo e verbo auxiliar + gerúndio que comportam a próclise do pronome átono ao verbo principal: “quero te dar uma boa notícia”, “ele ficou se exercitando”, “ando me divertindo”. Já vimos que essa colocação, tipicamente brasileira, é vista com reserva por Maximino Maciel, tem o aval de Julio Ribeiro apenas quando se trata da combinação de dois infinitivos, mas é excluída do quadro proposto por Rocha Lima na edição original de sua Gramática. Quando é contemplada – na 18ª edição – traz a digital de um alerta, mais do que de um registro: ‘Observação final’.

Considerações finais

Logo após a declaração de independência política do Brasil, a questão da língua se projetou como um debate sobre a respectiva denominação: dialeto brasileiro, língua brasileira, língua nacional. A questão do batismo mobilizava especialmente os políticos e a imprensa, que amparavam a tese nacionalista nas especificidades do léxico corrente, já recheado de vocábulos oriundos das matrizes indígena e africana. Entre os autores literários, a urgência do abrasileiramento da expressão se impunha pela oportuna contemporaneidade da conjuntura política da Independência e do ideário estético do Romantismo. Por último, no que se refere à atuação daqueles que estavam envolvidos na análise e ensino da língua – especialmente os autores de gramáticas – a questão se revelou bem mais específica e complexa, uma vez que envolvia o planejamento da educação, diretamente implicada no desenvolvimento das habilidades de expressão e de leitura da juventude. Durante décadas, a produção de gramáticas no Brasil apenas repetiu o modelo trazido da Europa. Foi a partir dos anos 1880, rumo ao início da fase republicana, que a produção gramatical no Brasil se desvencilhou da ex-metrópole e se renovou sob a inspiração de outros modelos teóricos, como a Gramática Histórico-Comparativa. Desde então foram publicadas diversas obras que, além das inovações teóricas, continham informações sobre aspectos específicos do uso brasileiro da língua portuguesa. A presente exposição detalhou algumas dessas marcas e como elas foram tratadas em uma gramática do final do período imperial e em duas gramáticas do início do período republicano.

Esse exame deixou claro – para nossa surpresa – que, pelo menos no aspecto aqui focalizado, a gramática ainda pertencente à primeira fase é mais inovadora do que as gramáticas do período republicano, das quais se esperava uma atitude acolhedora em face da novidade brasileira. O que se viu foi o contrário: um discurso marcado pela cautela, pela reticência ou mesmo pela pura rejeição mediante o estigma de “vulgarismo” ou “brasileirismo”.

Referências

- BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. *In*: FIORIN, J. L.; PETER, M. África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008. p. 101-144.
- BOSI, A. Cultura. *In*: CARVALHO, J. M. de (coord.). *A construção nacional: 1830–1889*. São Paulo: Fundação MAPFRE; Objetiva, 2012. p. 225-279.
- CARVALHO, J. M. de (coord.). *A construção nacional: 1830–1889*. São Paulo: Fundação MAPFRE; Objetiva, 2012.
- COELHO, O. F.; DANNA, S. M. D. G.; POLACHINI, B. S. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 43, p. 115-141, 2014.
- GOMES, A. *Grammatica portugueza*. 17. ed. Correcta e augmentada. [S. l.]: Livraria Francisco Alves, 1918.
- HOLANDA, S. B. de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. I Época colonial. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- HOUAISS, A. *O português do Brasil: Pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Briguiet e Cia., 1962.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.
- MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 6. ed. Augmentada e refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.
- MARIANI, B. A redação do código civil: polêmica linguística, jurídica ou política? *In*: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 237-257.
- PRADO Jr. C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 2. ed. Refundida e muito augmentada. São Paulo: Teixeira e irmãos editores, 1885.

SILVA, A. da C. e. População e sociedade. In: SCHWARCZ, L. M. (dir.). *História do Brasil nação: 1808–2010*. São Paulo: Fundação MAPFRE; Objetiva, 2011. (v. 1, Crise colonial e independência: 1808–1830).

SILVA, A. F. da. *Grammatica Portugueza*. 9. ed. São Paulo: Augusto Siqueira de Comp., 1906 [1875].

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, L. de M. e (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 331-385.

Contribuições dos Autores / ou Declaração de Autoria

Declaro que sou autor único do artigo.

Conflito de interesse

Declaro que não há conflito de interesses relacionado a este artigo.

Financiamento

Declaro que não recebi bolsas ou apoios de qualquer instituição para produzir o presente artigo.